

A AIDS/SIDA NO CONTEXTO DO MUNDO DO TRABALHO

Roberto Kennedy Gomes Franco

Professor Adjunto do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí – UESPI;

E-mail: kennedyfranco@hotmail.com;

Francisco Izailo Lira de Oliveira da Cruz

Aluno do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí – UESPI

e-mail: isailo.uespi@gmail.com

No texto analisamos a proliferação do vírus da imunodeficiência humana – VIH sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético. O objetivo é analisar a relação entre a sorologia positiva para o HIV e as contradições do mundo do trabalho. Metodologicamente trabalhou-se com a interface de fontes diversas (orais e escritas).

Historicamente, o início da epidemia de AIDS no Brasil ocorreu ao longo da década de 1980, afetando inicialmente as classes sociais de maior escolaridade. Hoje, na terceira década de pandemia, os dados pesquisados claramente denunciam que o vírus dissemina-se de maneira crescente nas classes sociais de menor escolaridade, ou seja, a AIDS afeta especificamente a classe pobre. No contexto de mercantilização da saúde, as estimativas indicam que, hegemonicamente, mais de 90% dos casos da pandemia de AIDS se concentram em alguns países de economias periféricas da África e América Latina. Na realidade histórico-educativa brasileira, os dados apontam que cerca de 50% da população sorologicamente positiva para o HIV é pobre e com baixíssimo nível de escolaridade. O adoecimento, nesse sentido, reproduz as contradições de classe da sociabilidade do Capital.

Arelado a este processo, analisa-se também o advento de um engajamento político caracterizado como ativismo de luta contra a AIDS, particularmente, o Movimento Social denominado de Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/AIDS (RNP+Brasil). Organizado na década de 1990, o associativismo deflagrado por este novo movimento social diz respeito ao processo histórico de tomada de consciência política e de mobilização por melhores condições por melhores condições de existência (saúde, moradia, alimentação, emprego etc.), para vidas em experiências corporais de adoecimento.

Nesta luta pelos meios necessários à vida, Marx e Engels (1982, p. 39), diante da precarização e pobreza econômica, destacam o fato de que, “para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. Dentre estas, algumas coisas mais necessárias ao corpo como condições para viver”, evidenciamos a luta social por trabalho, saúde e contra as doenças como o HIV/AIDS como “uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como há milhares de anos, deve ser cumprida todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos.” (MARX e ENGELS: 1982, p. 39). Isto porque é inadiável a organização social em torno de luta por melhores condições de atendimento às experiências de adoecimento.

Partindo deste entendimento, procedeu-se à análise da relação entre a sorologia positiva para o HIV e as contradições do mundo do trabalho. Iniciamos do entendimento de que é pela mediação do trabalho que o corpo aprendiz historicamente organiza sua relação social com o meio ambiente, pois é ao mesmo tempo produtor e produto do meio social em que vive e se adapta ao longo de sua trajetória como espécie biológica, aliando as características específicas de cada ecossistema às suas e, assim, provendo sua sobrevivência pelo prolongamento de sua saúde.

Segundo Marx (2008, p. 202)

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade.

Esta é a forma pela qual, dialeticamente, durante milhares de anos, o corpo humano se relaciona materialmente por meio do trabalho, categoria ontológica do ser social, com o meio ambiente e com as outras pessoas. Ao longo desta trajetória, o corpo humano se foi adaptando ao meio mediante o princípio educativo do trabalho. À medida que novas e inusitadas situações exigiam um comportamento laboral específico à realidade experienciada, aprendia a prover sua existência. Esta adaptação aos diferentes

espaços, ambientes, desenrola-se desde os primórdios, quando o homem ainda era nômade, e por excelência vivia exclusivamente do aprendizado corporal necessário para a caça e a coleta.

Inicialmente esse processo trouxe ao homem a simples tarefa de coletar e caçar, tendo o meio ambiente, as florestas, savanas, pântanos, desertos, enfim, espacialidades plurais, que exigiam um comportamento também plural em relação às diversas condições climáticas e espaciais onde estivesse inserido.

Paradoxalmente, nos marcos da lógica hegemônica do capital, escamoteia-se o fato de que a pessoa não nasce ela mesma. Contraditoriamente, o ser humano internaliza como naturais pela técnica educativa efetivada por meio da família, escola, religião, trabalho e saberes médicos, entre outros, certos sentidos do corpo.

Dialeticamente no processo de trabalho o corpo, além de ser a principal morada do homem, é seu essencial *meio de trabalho*¹ e, ainda, seu primeiro *instrumento de trabalho*². O processo de trabalho, portanto, é uma relação ocorrente entre os corpos dos seres humanos de um lado e a natureza de outra parte. O próprio corpo humano pertence à natureza e, ao interagir com esta, se apropria dela, transformando-a em algo útil às suas necessidades materiais e espirituais. Isso é o processo de trabalho em seus aspectos abstratos, abordados por Marx no V capítulo do *O Capital*. De acordo com Marx (1983, p.149), “ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.”

A este respeito, Marcel Mauss (1974, p. 07) fala primeiro que “o corpo é o mais natural instrumento do homem; depois, que em todos os elementos da arte de utilizá-lo, os fatos de educação o dominam”. Para tanto, enumera biograficamente o fato

¹ Em Marx (1983, p.149): “O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas, que o trabalhador insere entre si mesmo e o objeto de trabalho e lhe serve para dirigir sua atividade sobre esse objeto. Ele utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas, para fazê-las atuarem como forças sobre outras coisas, de acordo com o fim que tem em mira. A coisa de que o trabalhador se apossa imediatamente, - excetuados meios de subsistência colhidos já prontos, como frutas, quando seus próprios membros servem de meio de trabalho, - não é o objeto de trabalho, mas o meio de trabalho. Desse modo, faz de uma coisa da natureza órgão de sua própria atividade, um órgão que acrescenta a seus próprios órgãos corporais, aumentando seu próprio corpo natural, apesar da Bíblia.”

² Em Marx (1983, p.149) “O uso e a fabricação de meios de trabalho, embora em germe em certas espécies animais, caracterizam o processo especificamente humano de trabalho e Franklin define o homem como "a toolmaking animal", um animal que faz instrumentos de trabalho.” Em nossas hipóteses, dialeticamente, o próprio corpo deste “animal que faz instrumentos de trabalho” também é pesquisa, um instrumento de trabalho.

de as “técnicas corporais”, ou seja, “as maneiras como os homens, sabem servir-se de seus corpos, e ainda que essas técnicas variam ao infinito”. Terceiro: “há na vida em grupo uma espécie de educação dos movimentos, em qualquer sociedade, todos sabem e devem saber ou aprender aquilo que devem fazer em todas as condições, isto demonstra que coisas inteiramente naturais para nós são produções históricas”. Por fim, para Mauss: “a educação fundamental de todas essas técnicas consiste em fazer adaptar o corpo ao agir biocultural”.

Todos estes movimentos do processo de trabalho educativo, desde os primórdios até os tempos contemporâneos, acumulam uma infindável parafernália de invenções culturais, que simbolizam e significam a própria intervenção humana como reconstrutora de novas condições de vida, verdadeiras pegadas cravadas no passado e no presente de nossas vidas, o que nos proporciona um espetáculo na multiplicação de fontes, vestígios, que ampliam o leque de entendimento do humano.

Nestas circunstâncias, o aprendizado histórico da virada do século XX para o XXI representa um aprofundamento dos antagonismos da relação trabalho assalariado e capital. As estatísticas anunciam a formação de um excedente de *força de trabalho*³ da ordem de milhões, o que situa o Brasil entre os primeiros na lista de países onde o desemprego em massa é determinante para a precarização social. Os fatores são os mais diversos, a saber, reestruturação produtiva, aliada ao desenvolvimento tecnológico que substitui em larga escala o trabalho vivo dos seres humanos pelo trabalho morto das máquinas, flexibilização das leis trabalhistas e da produção, fato que intensifica a exploração e a precarização por meio do e sobre o trabalho, esfacelamento dos movimentos sociais e dilapidação do patrimônio público por privatizações, que culminam com a redução do Estado na oferta de serviços sociais básicos, como a educação e a saúde.

De maneira peculiar ao procedermos à análise do desenvolvimento histórico do capitalismo atual, aprende-se que este modo de produção, acumulação e exploração do homem pelo homem, além de apresentar sua natureza contraditória e conflitante, manifesta ainda um caráter antagônico, que, segundo Mészáros (2005), nos situa para além de meras crises periódicas e abruptas. Esta análise é presente também em Antunes

³ *Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie.* (MARX, 2008, p. 197).

(1997) e Harvey (1992), pois, para ambos, não se trata mais de um movimento essencialmente cíclico, já que as estruturas sociais estão profundamente abaladas. O desemprego estrutural é um bom exemplo, pois milhões e milhões de trabalhadores simplesmente são mão de obra descartável pela base produtiva. Não se trata apenas de uma falta momentânea de emprego, visto que a quantidade de desempregados só tem aumentado e se tornado irreversível.

Vale destacar o fato de que Marx (1890) considera o desemprego como um “exército industrial de reserva”, porque, no momento histórico vivenciado pelo referido autor, os trabalhadores sem emprego ficavam à espera de uma reabsorção do mercado quando este retomasse o processo de valorização do capital. Esse movimento, todavia, parece ter sido substituído por um modo de produção que, implementando altos índices de tecnologia, sobrevive com um número mínimo de empregados. Percebe-se, pois, que, de crise em crise, com o desenvolvimento tecnológico, o desemprego foi-se tornando “natural” e crescente diante das relações capitalistas. Esta dinâmica de racionalização organizacional do sistema empresarial contemporâneo, imposta pela reestruturação produtiva mundial, gradativamente substitui o trabalho vivo pelo trabalho morto, ou seja, substitui o labor humano pela forma mecânica/informatizada.

Neste sentido, desejando moldar a sociedade às novas demandas do capitalismo, temos uma frenética busca pelo avanço do desenvolvimento das forças produtivas, que, incrementado pela ciência e tecnologia, almeja produzir mercadorias a menor custo e maximizar a mais-valia.

O capitalismo contemporâneo, que emerge no final da década de 1970, consolidou ainda o processo de flexibilização das fronteiras nacionais e projetou para âmbitos internacionais as novas investidas do capital, sendo, portanto, considerada a era da “globalização” dos mercados e da ascensão do capital financeiro, esse movimento histórico ter sido amplamente categorizado como de “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996). Esse avanço das forças produtivas, como já discutimos, aconteceu vinculado ao desenvolvimento da informática e à utilização de novas fontes de energia, acoplado-se a uma geração de máquinas que incorporam a microeletrônica e a robótica, fatores básicos para um funcionamento racional, eficiente e produtivo.

No que se refere, por exemplo, à **relação da AIDS com as contradições do mundo do trabalho**, a ativista Márcia aponta com desgosto o fato de estar desempregada, lembrando que em sua trajetória de vida sempre foi uma mulher

autônoma. Relata que desde jovem nunca se acomodou com as condições adversas apresentadas pela vida de menina pobre do interior do Piauí. Muito pelo contrário, aos dezoito anos, migrou para Teresina, onde trabalhou na articulação de eventos da recém-chegada Rádio Jovem Pan, e, logo em seguida, foi para a Cidade *maravilhosa*, o Rio de Janeiro, onde vivenciou as aventuras de uma menina do interior na cidade grande, atividade esta que a fez migrar ainda para a fronteira com a Bolívia, morando e trabalhando no Estado do Mato Grosso.

Durante toda a sua vida, expressa ela, “sempre vivi do fruto de meu trabalho, sempre fui articulada com várias outras atividades, sei que posso e que sou capaz de trabalhar e produzir meu próprio sustento, mas quem vai querer contratar uma pessoa sorologicamente positiva para o HIV e que conscientemente faz questão de dar visibilidade a sua sorologia?”

Para Márcia, a experiência de adoecimento é interpretada como mais um elemento de exclusão, segregação e vulnerabilidade social, porquanto os interesses sociais do tempo presente estão diretamente interligados à produção capitalista. A doença, então, torna o enfermo incapaz de produzir e, uma vez impossibilitado de pelo trabalho gerar mais-valia, este sujeito vira mão de obra descartável.

Então, isto quer dizer que, historicamente, o indivíduo se realiza como ser social por meio do trabalho, isto porque os seres humanos, ao longo de suas trajetórias, têm necessidades corporais efetivas (objetivas e subjetivas).

A análise de (SILVA, 1999, p 24) articula bem este aspecto levantado pela narrativa de Márcia. A este respeito, diz assim: “a partir da Aids, também acontece um encadeamento de fatores que provocam a exclusão, sendo a perda do emprego, por exemplo, uma situação bastante comum. A Aids, nesse caso, funciona como porta de entrada no campo da vulnerabilidade econômica.”

De forma complementar à fala de Márcia, Parker et alii (1993, p. 17-18, 20) comentam que é preciso

Entender que o HIV pode afetar potencialmente qualquer ser humano. [...] E que a luta contra a AIDS surge necessariamente dentro da luta mais ampla contra a injustiça – contra a pobreza e a miséria, contra o racismo, contra a opressão de mulheres e minorias sexuais e assim por diante [...] cujo objetivo

é tentar responder, através dos conceitos e métodos da análise social, aos desafios e dilemas que nos são apresentados no final do século XX pela epidemia de HIV/AIDS.

Estes reflexões são presentes também quando analisamos no Site da Organização Internacional do Trabalho⁴ os aspectos da relação HIV-AIDS nos locais de trabalho. Segundo Juan Somavia, Diretor Geral da OIT,

A Aids ameaça os princípios de justiça social e igualdade, assim como o trabalho decente e produtivo realizado em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana. A epidemia do HIV/Aids atinge de forma decisiva a estrutura social, econômica e cultural dos países, constituindo-se uma grave ameaça ao mundo do trabalho. (2010).

Segundo ainda a pesquisa da OIT “El VIH/SIDA y el mundo del trabajo: estimaciones a nivel mundial, impacto y medidas adoptadas”, de 2004,

Estima-se que mais de 38 milhões de pessoas vivam com o HIV em todo o mundo, a maioria delas entre 15 e 49 anos, e que, do início da epidemia até 2005, 28 milhões de trabalhadores em todo o mundo tenham perdido suas vidas em consequência da Aids. Esse número deverá sofrer um aumento expressivo caso o acesso a tratamento adequado não seja ampliado, podendo chegar a 74 milhões em 2015. Isso transformaria o HIV/Aids em uma das maiores causas de mortalidade no mundo do trabalho. Além de afetar as vidas de tantos trabalhadores e de suas famílias, a epidemia também atinge as empresas e a economia nacional. O impacto no nível de desenvolvimento se reflete na diminuição do crescimento econômico e na redução da renda nacional decorrente da perda de receita e do aumento do gasto público em saúde e previdência.

No site é possível, ainda, perceber a visão de que, para a OIT, o local de trabalho pode ajudar a conter a disseminação e mitigar o impacto do HIV/Aids, por meio da promoção dos direitos humanos, disseminação de informações, desenvolvimento de programas de capacitação e educação, adoção de medidas preventivas práticas, oferta de assistência, apoio e tratamento, e garantia de previdência social. O principal papel da OIT é fortalecer a capacidade nacional para implementar políticas e programas específicos de HIV/Aids e o mundo do trabalho e assessorar a implementação das normas internacionais do trabalho e da legislação nacional. Para tanto, o Programa da OIT sobre HIV/Aids e o Mundo do Trabalho (ILO/AIDS) está

⁴ Fonte: http://www.oitbrasil.org.br/prgatv/prg_esp/hiv_aids.php.

“implementando uma estratégia global que contribua para conter a epidemia, por meio da conscientização e mobilização dos governos, organizações de empregadores e de trabalhadores e da integração do local de trabalho nos Planos Nacionais de HIV/Aids.”

A bandeira de luta da OIT estabelece dez princípios para ações no local de trabalho. São eles:

- 1.Reconhecimento do HIV/Aids como questão relacionada com o local de trabalho;
2. Não discriminação;
3. Igualdade de gênero;
4. Ambiente de trabalho saudável;
5. Diálogo social;
6. Screening para fins de exclusão do emprego ou de atividades de trabalho;
- 7 Confidencialidade;
- 8 . Continuidade da relação de emprego;
- 9.Prevenção e 10. Assistência e apoio.

Como vemos, infelizmente, sendo a OIT co-patrocinadora do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids – UNAIDS, não observamos em momento algum ao procedermos à análise, nenhuma crítica ao mundo do trabalho mediante a radical crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista em voga na atualidade, pois os argumentos são sempre para “fortalecer e apoiar uma ampla resposta à epidemia que ofereça atenção e apoio para infectados e afetados pela doença, reduza a vulnerabilidade dos indivíduos e comunidades ao HIV/Aids e alivie os impactos socioeconômicos e humanos da epidemia”. (2010).

Trazendo estas análises para nossas pesquisas no Nordeste brasileiro, um aspecto pertinente a ser analisado sobre a relação HIV/AIDS e os antagonismos do mundo do trabalho denunciado pelo ativista da RNP+NE Maranhão, João, é que hoje as pessoas são escravas do modelo de desenvolvimento capitalista que, na realidade, escraviza o trabalhador de maneira legal. Segundo o ativista, um exemplo de trabalho escravo é aquele “legal” em que o povo trabalha só por três meses e não tem carteira assinada porque são trabalhos temporários feitos para algumas indústrias canavieiras de São Paulo, que chegam apenas uma vez ao ano por conta do período de safra e vão embora depois; “é tipo curral mesmo!” salienta. Nessa mesma entrevista, João denunciou o fato de que na região de Codó, Timbiras e Coroatá, no Maranhão, são quase seis mil trabalhadores rurais que vão para as plantações de cana-de-açúcar em Ribeirão Preto/SP.

Em resumo, sua análise sobre esta situação é a seguinte:

No Nordeste o modelo de desenvolvimento capitalista que temos afasta o povo da escola, se a pessoa está numa atividade como essa ela não vai ter

tempo para ficar estudando. Se você visita as cidades onde a grande questão da economia é a agro-indústria vai ver que esse povo todo não tem acesso à educação e que não tem escola para todo mundo, tem no máximo só até a quarta série e pronto. Então quando eu falo que esse modelo de desenvolvimento contribui para o aumento da epidemia é no sentido da educação, as pessoas são formadas para estarem alienadas mesmo. É tão absurdo que essas indústrias chegam a fazer parcerias com as Prefeituras locais, pra tá levando esse povo, isso contribui pra esse IDH baixo, pois isso tem a ver com a questão da sustentabilidade. As pessoas voltam doentes, então no ônibus chega gente com hérnia de disco, com tuberculose, isso eles não tratam lá, apenas mandam o povo de volta, chega gente infectado com HIV! alguns já chegam já com a situação de AIDS. Tudo isso por conta da situação precária de vida que eles vivem lá. A infecção, portanto tem a ver com a migração por melhores condições de trabalho.

Este relato denota precisamente a precarização social a que se encontra submetida a população nordestina e, ainda, demonstra com clareza a atualidade das análises de Marx para o século XXI. Em tempos de desemprego estrutural, qualquer oferta de trabalho é uma “esperança” por melhores condições de vida, uma vez que, “dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua manutenção ou reprodução. Para manter-se, precisa o indivíduo de certa soma de meios de subsistência. Isto por que “a soma dos meios de subsistência deve ser, portanto, suficiente para mantê-lo no nível de vida normal do trabalhador”. (MARX, 2008, p. 201).

Contraditoriamente, esta necessidade primeira de subsistência é a porta de entrada de mais precarização e vulnerabilidade social, pois, na próxima safra, os doentes são descartados da seleção e novas “vítimas” selecionadas para trabalhar nos canaviais. Esta exclusão impede o exercício do trabalho, pois, conforme Marx (2008, p. 201), “a força de trabalho só se torna realidade com seu exercício, só se põe em ação no trabalho. Através da sua ação, o trabalho, despende-se determinada quantidade de músculos, de nervos, de cérebro etc., que se tem de renovar”.

Estes trabalhadores, com pouco ou quase nenhuma instrução, além da triste realidade de terem de conviver excluídos do mercado de trabalho, agora enfermos e sem condições de tratamento de doenças como o HIV/AIDS, entre outras, têm suas situações de pauperismo ainda mais agudizadas. Tal fato ocorre, segundo ainda Marx (2008, p. 201), porque, “depois de ter trabalhado hoje, é mister que o proprietário da força de trabalho possa repetir amanhã a mesma atividade, sob as mesmas condições de força e

saúde”. Sem saúde, estes trabalhadores encontram-se impossibilitados de efetuar o *processo de trabalho*⁵ ou o *processo de produzir valores-de-uso*. A mais-valia, entretanto, extraída desta relação, enriquece ainda mais os detentores dos meios de produção, entre outros derivados da produção.

Nesta mesma perspectiva, a ativista Márcia (2007) conta, sobre a relação HIV/AIDS e pauperização no Nordeste do Brasil, que

Estava em casa quando a menina da Secretária de Saúde chega aos gritos me pedindo ajuda, pois havia um homem positivo com um corte no pé, espalhando sangue e quebrado tudo na Praça Matriz. Era seu Antonio Alves, ele tava completamente surtado, quando me aproximei e pedi para falar, ele perguntou: “quem é você?”, Eu me chamo Márcia, mas pode me chamar de Xuxa, brinquei. Seu Antonio depois diz que “a vida é ingrata comigo”. Bicho a praça neste momento já estava lotada de gente que nem urubu de longe observando a carniça, daí convido seu Antônio para ir até o hospital, e enquanto agilizava um carro, a polícia que já havia sido acionada, chega e coloca seu Antonio na gaiola da viatura, preso. No meio da confusão lembro que acabei por entrar também na viatura dizendo que ia com ele. Dentro do carro da polícia me virei para seu Antônio e falei que também tinha HIV, ele primeiro se assustou e depois se acalmou. No hospital tempo depois chega a mulher de seu Antônio, que diz não saber de nada, que até já haviam se separado pois ele tava sem trabalhar a seis meses, desde que chegou com um envelope secreto, era o exame positivo de HIV. Depois de 15 dias deste ocorrido seu Antônio Alves morreu de ulcera estrangulada. Depois disso a mãe e as duas filhas pequenas também fizeram exames que deu positivo para HIV. Agora imagina você como vai ser a vida dessa mãe paupérrima, com essas duas meninas pequenas?

Conforme se apreende da narrativa de Márcia, quando as pessoas não estão tecnicamente educadas/conscientes a respeito do HIV/AIDS, o observado é a proliferação desenfreada de novos casos, medo generalizado, preconceito e segregação social. Em decorrência das múltiplas formas de transmissão, o HIV/AIDS afeta radicalmente a existência social de toda uma geração, ceifando precocemente muitas vidas e, ainda, desencadeando a metamorfose de certas práticas culturais dos seres humanos no tempo presente. Isto nos faz pensar que a compreensão dos pormenores da vida de pessoas sorologicamente positivas para o HIV no território nordestino só pode acontecer na medida em que nos movemos entre eles.

⁵ O processo de trabalho, que descrevemos em seus elementos simples e abstratos, é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2008, p.218).

O trabalho da RNP+ NE, além de denunciar a precarização social, procura contribuir para a redução de danos das vidas destas pessoas. Em agosto de 2008, ao participarmos do VI Encontro da RNP+NE, observamos um aspecto pertinente a ser ressaltado sobre a relação HIV/AIDS e mundo do trabalho. Na programação do evento, foi ofertada a oficina Artesanato como Forma de Sustentabilidade e Geração de Renda. O objetivo era ampliar as possibilidades de geração de renda em segmento social já historicamente segregado e que agora, ante a experiência de adoecimento decorrente do HIV/AIDS, por exemplo, se encontra ainda mais segregado; o intuito foi fortalecer laços de solidariedade e fomentar um aprendizado que trouxesse uma mínima sustentabilidade às suas vidas. Ao final da oficina, cada participante produziu seu artesanato. Durante o evento, o material produzido já estava de maneira simbólica sendo comercializado: eram chaveiros coloridos em formas de bonecos, pulseiras, brincos, colares e outros artigos que aliavam criatividade aos produtos específicos da região.

É preciso salientar, entretanto, o limite dessa ação, que propõe uma convivência pacífica com o sistema e não a ruptura com ele, como também apontar a “ingenuidade” nesse sentido, pois a oficina nem de longe soluciona o desemprego ou a redistribuição de renda, como também não é uma saída plausível do ponto de vista da vulnerabilidade social a que estão expostas estas pessoas.

Vale destacar também a experiência relatada por parte de Rafael, em João Pessoa/PB, onde foram implantadas oficinas de arte terapia com os adultos. O intuito, segundo o ativista da RNP+NE, era trabalhar muito com projetos de sustentabilidade. O material era o retalho doado por três empresas; daí começou-se a fazer almofada, começou-se a fazer tapete.

Segundo Rafael (2008),

Uma vez por mês tínhamos um bazar, arrecadávamos dinheiro que dava para pagar, por exemplo, toda refeição de duas semanas. Dai fomos nos mobilizando, fazendo saquinhos de balas para vender no sinal. Tudo com muita luta! Para ter financiamento a gente vendia muita roupa, por exemplo, a gente fazia campanha de doação de roupa e ia para um bairro que era mais pobre, geralmente ia no sábado e passava quase o sábado inteiro vendendo roupa pelo preço baratinho. A gente começou de uma forma muito organizada porque com dois anos a gente conseguiu um contrato com a fundação da Inglaterra e eles passaram a financiar já o primeiro projeto.

São opções de cooperação entre a experiência do ativismo anti-AIDS, que, na prática, em nada modificam o modelo de desenvolvimento em voga, mas que, de maneira imediata, trazem resultados, seja na autoestima, por fazer as pessoas se sentirem capazes, seja na geração de uma pequena mas importante geração de renda para a compra de, pelo menos, arroz e feijão e um ovo para comer. Os limites e possibilidades dos novos movimentos sociais põem em xeque a luta por melhores condições de vida, mas não tocam no central da crítica política, ou seja, o fim das distinções de classe social imposta pela lógica do capitalismo. Não se trata apenas, como a maioria acredita, de mudar a elite política dirigente, pois é necessário planificar as relações sociais, objetivando assim, finalmente, extinguir a exploração do homem pelo homem.

Neste sentido, os novos movimentos sociais perdem de vista a possibilidade histórica de transpor as demandas imediatas, contingenciais como as quotas, o movimento ecológico, negro, gay, indígena, enfim, o movimento da diversidade dentro da ordem do capital. Compreendemos ser necessária maior centralidade em ações políticas de construção de uma nova ordem social, revolucionária e anticapitalista.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital.** São Paulo: Xamã, 1996.

HAYEK, Friedrich August. **O caminho da servidão.** 5ª edição, Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política.** Livro Primeiro – O Processo de Produção do Capital – Volume I. 4ª edição, 1890, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 2008.

MARX, Karl. **O Capital.** São Paulo: Abril, Cultural, 1983. V.I.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** 3.ed. São Paulo: Livraria Editora Ciências Sociais, 1982.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia.** São Paulo, EPU, 1974.

MÉSZÁROS, István. **A Educação Para Além do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

PARKER, R. (Org.). GALVAO, J., PEDROSA, J. S. (Orgs.). **AIDS no mundo.** Rio de Janeiro: ABIA : IMS/UERJ : Relume Dumara, 1993. (Historia Social da AIDS, 1).